

Transmissora Sul
Litorânea de
Energia S/A. - TSLE

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de
dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE
Florianópolis -SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4 das demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias

Veja a Nota 4g e 6 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2017 possui registrado em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$842.454 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais de depreciação são determinadas pelo órgão regulador. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações financeiras regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2017, e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do referido recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Outros assuntos

A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2018.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 27 de abril de 2018.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
Ativo				Passivo			
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		6.723	6.208	Fornecedores	9	12.090	18.266
Concessionárias e permissionárias	5	11.069	12.242	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	10	41.838	37.231
Tributos Compensáveis	7	1.645	1.036	Obrigações sociais e trabalhista		109	83
Almoxarifado Operacional		9.860	8.434	Tributos		1.712	1.587
Despesas Pagas Antecipadamente		61	61	Encargos Setoriais	11	3.283	2.945
Outros Ativos Circulante		861	752	Dividendos a pagar	13	2.715	-
		<u>30.219</u>	<u>28.733</u>	Provisões contratuais	9	16.981	31.361
				Outros passivos Circulante		71	391
						<u>78.799</u>	<u>91.864</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	8	41.416	18.214	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	10	528.565	417.621
Tributos Compensáveis	7	3	3	Recursos destinados a aumento de capital	12	-	171.361
Despesas pagas antecipadamente		599	661			<u>528.565</u>	<u>588.982</u>
Imobilizado	6	842.454	845.961				
Intangível	6	22.331	21.773	Patrimônio Líquido	13		
		<u>906.803</u>	<u>886.612</u>	Capital Social		379.861	280.000
				Prejuízos acumulados		(50.203)	(45.501)
				Total do Patrimônio Líquido		<u>329.658</u>	<u>234.499</u>
Total do Ativo		<u>937.022</u>	<u>915.345</u>	Total do Passivo e Patrimônio líquido		<u>937.022</u>	<u>915.345</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso		113.107	115.295
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		113.107	115.295
Tributos		(10.036)	(10.455)
PIS-PASEP		(1.790)	(1.865)
Cofins		(8.246)	(8.590)
		(5.171)	(4.192)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.040)	(1.001)
Reserva Global de Reversão - RGR		(3.737)	(2.794)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia		(394)	(397)
		(5.171)	(4.192)
Receita líquida / Ingresso líquido	14	97.900	100.648
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Custo operacional e manutenção	15	(38.985)	(36.328)
		58.915	64.320
Resultado antes dos custos gerenciáveis			
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	16	(3.245)	(2.686)
Pessoal e administradores		(935)	(850)
Material		(21)	(17)
Serviços de terceiros		(2.132)	(1.709)
Depreciação		(105)	(52)
Outras Despesas Operacionais		(52)	(58)
		55.670	61.634
Resultado da Atividade			
Equivalência patrimonial			
Resultado Financeiro	17	(57.657)	(65.758)
Despesas financeiras		(64.259)	(68.980)
Receitas financeiras		6.602	3.222
		(1.987)	(4.124)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros			
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-
		(1.987)	(4.124)
Resultado líquido das operações em Continuidade		(1.987)	(4.124)
Operações descontinuadas		-	-
		(1.987)	(4.124)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas			
		(1.987)	(4.124)
Resultado líquido do exercício		(1.987)	(4.124)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Resultado do exercício	(1.987)	(4.124)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>(1.987)</u>	<u>(4.124)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>280.000</u>	<u>(41.377)</u>	<u>238.623</u>
Resultado do exercício	-	(4.124)	(4.124)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>280.000</u>	<u>(45.501)</u>	<u>234.499</u>
Aumento de capital social	99.861	-	99.861
Resultado do exercício	-	(1.987)	(1.987)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(2.715)	(2.715)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>379.861</u>	<u>(50.203)</u>	<u>329.658</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(1.987)	(4.124)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação	27.961	27.906
Encargos Financeiros	51.861	44.624
	<u>77.835</u>	<u>68.406</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	1.173	228
Impostos a recuperar	(609)	(498)
Despesas Antecipadas	62	2.481
Estoques	(1.426)	299
Outros	(109)	(752)
	<u>(909)</u>	<u>1.758</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	(20.556)	8.872
Impostos e contribuições	125	(440)
Encargos Setoriais	338	1.139
Folha de Pagamento	26	11
Outros	(320)	391
	<u>(20.387)</u>	<u>9.973</u>
Caixa proveniente das (usados nas) atividades operacionais	56.539	80.137
Encargos Financeiros pagos	<u>(46.743)</u>	<u>(38.047)</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	9.796	42.090
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e Intangível	<u>(25.399)</u>	<u>(9.660)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(25.399)</u>	<u>(9.660)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	14.502
Devolução adiantamento para futuro aumento de capital	(71.500)	-
Aquisição de empréstimos	1.860	(53.746)
Amortização de empréstimos de Curto Prazo	(24.526)	6.750
Captção de debêntures	151.282	-
Amortização de debêntures	(3.920)	-
Pagamento dos custos de captação	(14.906)	-
Cauções e depósitos vinculados	<u>(23.202)</u>	<u>479</u>
Caixa proveniente de atividades de financiamento	15.088	(32.015)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(515)</u>	<u>415</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.208	5.793
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>6.723</u>	<u>6.208</u>
	<u>(515)</u>	<u>(415)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (a "Companhia"), constituída em 10 de julho de 2012, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos empreendimentos mencionados na Nota 2. As instalações incluem os serviços de apoio e administrativos, os equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão no 020/2012, na legislação e regulamentos aplicáveis.

Os recursos necessários para a construção da linha de transmissão foram obtidos, através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 48.580 (R\$ 63.131 negativo em 2016), principalmente devido ao registro no passivo circulante de provisões contratuais oriundas da conclusão da construção dos ativos de concessão.

Para cobrir os gastos de curto prazo, a Companhia recebe o apoio financeiro dos acionistas por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital, quando necessário.

2 Concessões

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012 - ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; CS, 281 km;
- LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; CS, 154 km; sendo os 15 km dentro da Estação Ecológica do Taim em CD;
- LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; CS, 52 km;
- SE Nova Santa Rita 525 kV;
- SE Povo Novo 525/230 kV - 672 MVA;
- SE Marmeleiro 525 kV, com compensador síncrono de +- 200MVAr;
- SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV - 75MVA;
- Em 19/11/2014, foi emitida pela ANEEL a Resolução Autorizativa de nº 4.916, autorizando a TSLE a implantar reforços nas instalações de transmissão, especificamente na SE Povo Novo.

A RAP anual para este projeto é de R\$5.239 e o prazo para entrada em operação comercial é de 24 meses. Iniciou-se as operações comerciais destas instalações em janeiro de 2018.

3 Base de preparação e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa N 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Presentes demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 26 de abril de 2018

a. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto fundos vinculados que estão a valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis regulatórias.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia, transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela companhia nos ativos financeiros são reconhecidos com um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As Companhias têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende “Caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber” e “ativos financeiros de concessão”.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os Custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensuração pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluído ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que a companhia possui são “fundos vinculados”.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Contas a receber - concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

c. Taxas regulamentares

Trata-se de encargos do setor elétrico brasileiro, pagos mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, exceto os projetos de pesquisa e desenvolvimento, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

d. Receitas

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base na receita presumida do período (“Lucro presumido”)

f. Ativos e passivos financeiro setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo financeiro setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

g. Imobilizado

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

5 Concessionários e permissionários

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas ao serviço de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	31/12/2017	31/12/2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						
	Até	Mais de	Até	De	De	Mais de			
	60 dias	60 dias	90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	10.697	372	-	-	-	-	-	11.069	12.242
TOTAL	10.697	372	-	-	-	-	-	11.069	12.242

6 Imobilizado e Intangível

	Taxas Anuais medias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e amortização acumulado	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	1,62%	883.055	(75.788)	807.267	807.267
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Administração	20,00%	2.470	(160)	2.310	2.310
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
	-	885.525	(75.948)	809.577	809.577
Em curso					
Transmissão	-	32.877	-	32.877	32.877
Administração	-	-	-	-	-
	-	32.877	-	32.877	32.877
Total	-	918.402	(75.948)	842.454	842.454

	Máquina e equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ amortização	Outros gastos	Total
Em Curso							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	32.877	-	-	-	-	-	32.877
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total do imobilizado em curso	32.877	-	-	-	-	-	32.877

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A. - TSLE
Demonstrações Contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

A seguir, segue a movimentação do imobilizado:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	31/12/2017	31/12/2016	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Transmissão	883.055	-	-	-	883.055	-	(75.788)	807.267	835.122	-	-	-
Terrenos	1.314	-	-	-	1.314	-	-	1.314	1.314	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	36.679	-	-	-	36.679	-	(3.472)	33.207	34.495	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	845.004	-	-	-	845.004	-	(72.306)	772.698	799.262	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	58	-	-	-	58	-	(10)	48	51	-	-	-
Administração	2.444	26	-	-	2.470	26	(160)	2.310	2.390	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.387	-	-	-	2.387	-	(143)	2.244	2.340	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	41	26	-	-	67	26	(13)	54	37	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	16	-	-	-	16	-	(4)	12	13	-	-	-
Subtotal	885.499	26	-	-	885.525	26	(75.948)	809.577	837.512	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	31/12/2017	31/12/2016	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Transmissão	8.449	24.428	-	-	32.877	32.877	-	32.877	8.449	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	7.956	24.428	-	493	32.877	32.877	-	32.877	7.956	-	-	-
Outros intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A ratear	493	-	-	(493)	-	-	-	-	493	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	8.449	24.428	-	-	32.877	32.877	-	32.877	8.449	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	893.948	24.454	-	-	918.402	32.903	(75.948)	842.454	845.961	-	-	-

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A. - TSLE
Demonstrações Contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Intangível - R\$ Mil	31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	20.733	44	(44)	-	20.733	88	-	20.733	20.733
Servidões	20.733	44	(44)	-	20.733	88	-	20.733	20.733
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	20.733	44	(44)	-	20.733	88	-	20.733	20.733
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	1.040	901	(343)	-	1.598	1.008	-	1.598	1.040
Servidões	735	533	-	-	1.268	533	-	1.268	735
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	66	-	-	-	66	-	-	66	66
Adiantamento a Fornecedor	239	161	(314)	-	86	475	-	86	239
Depósitos Judiciais	-	207	(29)	-	178	237	-	178	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.040	901	(343)	-	1.598	1.008	-	1.598	1.040
Total do Ativo Intangível	21.773	945	(387)	-	22.331	1.096	-	22.331	21.773

7 Impostos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
IRRF sobre aplicações financeiras	1.172	480
Retenções s/faturamento	473	556
Outros	3	3
	1.648	1.039
Circulante	1.645	1.036
Não circulante	3	3

8 Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de Dezembro de 2017 a Companhia possui o valor de R\$ 41.416 (R\$ 18.214 em 31 de dezembro 2016) referente a aplicações em Fundos de Investimento do Bradesco S.A. (FIC FI REF DI Federal), com carteira formada por títulos de renda fixa públicos federais e rentabilidade atrelada à variação do CDI.

A aplicação possui finalidade de constituir Conta Reserva para troca das garantias atuais das obrigações dos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES no montante de R\$ 33.387 e debêntures no montante de R\$8.029 em 31 de dezembro de 2017.

9 Fornecedores e empreiteiros

a. Fornecedores e empreiteiros

	31/12/2017	31/12/2016
Materiais	9.985	8.611
Serviços	2.105	9.655
	12.090	18.266

O saldo de fornecedores é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissão.

b. Provisões contratuais

O montante de R\$ 16.981 (R\$31.361 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento, os valores foram reconhecidos quando ocorreram as respectivas medições e aceites de cada fase da obra, obedecendo ao cronograma físico/econômico, determinado em contrato com o empreiteiro. As medições/aceites são os instrumentos usados para reconhecer a obrigação e o respectivo ativo. Esses valores permanecem nessa conta até que os respectivos documentos fiscais sejam recebidos e os pagamentos sejam autorizados e realizados.

10 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos BNDES (a)	39.124	37.231
Debêntures (b)	2.714	-
Total circulante	41.838	37.231
Empréstimos e financiamentos BNDES (a)	397.759	417.621
Debêntures (b)	130.806	-
Total não circulante	528.565	417.621

a. BNDES

Subcrédito	A	B
Valor total do crédito (R\$)	420.180.307	71.677.817
Sistema de Amortização	165 parcelas	165 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 2,28% a.a.	TJLP +1,88% a.a.
Data da amortização	15 de junho de 2015	

A Companhia utiliza recursos de empréstimos e financiamentos para financiar a implantação de seus empreendimentos. Em 31 de Dezembro de 2017 a Companhia possui contabilizados os montantes de R\$ 39.124 e R\$397.759 no passivo circulante e não circulante, respectivamente, referente ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Convenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Por ocasião da renovação das cartas de fiança em 2017, foi devida a comissão de renovação, no montante de R\$10.507, esse montante foi registrado em despesas financeiras no exercício de 2017.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três vezes a última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;

- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual a superior a 1,2 vezes, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2017.
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

b. Debêntures

Data de emissão	Data de liberação	Data de vencimento	Quantidade de títulos	Valor unitário	Encargos financeiros	Amortização
15/12/2016	12/01/2017	15/12/2030	150.000	1.000	IPCA + 7,5651% a.a.	Semestral

A Companhia possui registrado no passivo circulante o montante de R\$ 2.714 referente a R\$ 3.779 de principal e R\$ (1.065) de custos de captação. No passivo não circulante possui registrado o montante de R\$ 130.806 referente a R\$143.583 de principal e R\$ (12.777) de custos de captação.

A Companhia constituiu a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em serie única, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM 476, de 16 de janeiro e 2009 e das demais disposições legais e regulamentares.

As debêntures são escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados, pelo agente Fiduciário Pentágono S.A.

Os recursos captados serão integralmente destinados as obras Nova Santa Rita - Povo Novo - Marmeleiro - Santa Vitória, em 525 KV, e das subestações do Povo Novo, Marmeleiro e Santa Vitória do Palmar, e aquisição de maquinas e equipamentos.

A Movimentação e saldo das Debêntures estão apresentados a seguir:

	Circulante		
	Principal	Encargos financeiros e custos de captação	Total
Liberação dos recursos em 12.01.2017	15.790	-	15.790
Custos de captação	-	(1.064)	(1.065)
Pagamentos	(3.814)	(11.297)	(15.111)
Transferência longo prazo	(10.598)	4.085	(6.513)
Apropriação custo de captação	-	1.064	1.064
Variação monetária incorporada ao principal	3.119	-	3.119
Encargos financeiros	-	5.429	5.429
	4.497	(1.783)	2.714
	Não Circulante		
	Principal	Encargos financeiros e custos de captação	Total
Liberação dos recursos em 12.01.2017	137.070	-	137.070
Custos de captação	-	(12.777)	(12.777)
Transferência curto prazo	10.598	(4.085)	6.513
	147.668	(16.862)	130.806

Convenants e garantias

Como garantia à primeira emissão das debêntures, os acionistas darão, em caráter irrevogável, penhor de ações em favor do agente Fiduciário, caução de direitos creditórios decorrentes da receita de prestação de serviços de transmissão e direito de receber valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente à companhia, nos termos do contrato de concessão. A companhia manterá os direitos creditórios de contas vinculadas, conta centralizadora, conta reserva do BNDES, conta de pagamento das debêntures e conta reserva das debentures.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, a partir das demonstrações contábeis regulatórias encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado nos casos de não atingimento por 3 (três) anos seguidos ou 4 (quatro) anos intercalares. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentou índice de cobertura da dívida (ICSD) igual ou superior a 1,2.
- Constituir conta Reserva das Debêntures, que deverá conter a todo momento saldo mínimo equivalente ao somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios;

- Constituir conta de Pagamento de Debêntures, que deverá ser preenchida ao longo do período dos 6 (seis) meses anteriores a cada Data de Pagamento de Juros Remuneratórios ou Data de Amortização, com parcelas mensais equivalentes a 1/6 (um sexto) do somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente de forma que a Conta de Pagamento das Debêntures esteja integralmente preenchida no dia imediatamente anterior à data do vencimento de cada prestação da parcela do valor de Juros Remuneratórios e/ou Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado.

10.1 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Observações				
					Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	2018	2019	2020	2020+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	39.124	397.759	436.883	-	-	-	-	-
BNDES Subcredito A	-	33.424	339.810	373.234	31.934	31.934	31.934	277.432	373.234
BNDES Subcredito B	-	5.700	57.949	63.649	5.297	5.297	5.297	43.512	63.649
Emprestimo ABC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	39.124	397.759	436.883	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	39.124	397.759	436.883	-	-	-	-	-

10.2 Aberturas dos ativos financeiros

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros	-	6.723	41.416	48.139
Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Caixa e Bancos	-	7	-	7
Aplic. Financ. CDB - Bannisul	-	114	-	114
Aplic. Financ. Fundos DI - Bannisul	-	6.602	-	6.602
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest. Bradesco	-	-	41.416	41.416

10.3 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de Curto de Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
Dívida Bruta	-	41.838	528.565	570.403	454.852
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	41.838	528.565	570.403	454.852
Ativos Financeiros	-	6.723	41.416	48.139	24.422
Alta Liquidez	-	6.723	-	6.723	6.208
Demais Aplicações Financeiras	-	-	41.416	41.416	18.214
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida líquida	-	35.115	487.149	522.264	430.430

11 Taxas regulamentares

	31/12/2017	31/12/2016
Reserva global de reversão (RGR)	1.835	1.707
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	1.045	835
Taxa de fiscalização - ANEEL	<u>403</u>	<u>403</u>
	<u>3.283</u>	<u>2.945</u>

Refere-se a encargos do setor elétrico brasileiro pagos pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica.

- **Reserva Global de Reversão - RGR** - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.
- **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D** - A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas transmissoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida - ROL, em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo, 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL e 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME.
- **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)** - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

12 Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o primeiro trimestre de 2017, a Companhia realizou a devolução para as acionistas no valor de R\$71.500 em 26 de janeiro de 2017. Cada acionista recebeu o valor correspondente a sua participação, sendo R\$36.465 para acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e R\$35.035 para acionista Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT. O saldo remanescente, R\$ 99.861, foi integralizado ao capital social, conforme deliberado em ata de Assembleia Geral Extraordinária em 25 de janeiro de 2017.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital autorizado é de R\$ 450.000 (idem em 31 de dezembro de 2016), e o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 379.861 (R\$ 280.000 em 31 de dezembro de 2016), o qual é representado por 379.861.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Acionistas						
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	193.729.000	51	193.729	142.800.000	51	142.800
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	186.132.000	49	186.132	137.200.000	49	137.200
	<u>379.861.000</u>	<u>100</u>	<u>379.861</u>	<u>280.000.000</u>	<u>100</u>	<u>280.000</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, em 25 de janeiro de 2017, foi aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 99.861, oriundo de adiantamento para futuro aumento de capital.

b. Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido societário ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017 é composto pelos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2017 calculados com base no resultado societário, conforme apresentado a seguir:

Cálculo dos dividendos

Lucro líquido do exercício 2017 (societário)	16.372
(-) Prejuízos acumulados (societário)	(4.942)
(-) Reserva legal (societária)	<u>(572)</u>
Base para dividendos	<u>10.858</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>2.715</u></u>

14 Receita operacional líquida

A conciliação entre receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC - Receitas é apresentada abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	113.107	115.295
Dedução da receita bruta	<u>(15.207)</u>	<u>(14.647)</u>
Receita operacional líquida	<u>97.900</u>	<u>100.648</u>

15 Custos de operação

	31/12/2017	31/12/2016
Materiais	-	-
Serviços de terceiros	(10.821)	(8.197)
Associação ONS	(46)	(39)
Seguros	(263)	(237)
Depreciação	(27.855)	(27.855)
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(38.985)</u>	<u>(36.328)</u>

16 Despesas administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Honorários	(935)	(850)
Serviços de terceiros	(2.132)	(1.709)
Materiais	(21)	(17)
Depreciação	(105)	(52)
Outros	<u>(52)</u>	<u>(58)</u>
	<u>(3.245)</u>	<u>(2.686)</u>

17 Resultado financeiro líquido

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	6.376	2.891
Outros	<u>226</u>	<u>331</u>
	<u>6.602</u>	<u>3.222</u>
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(63.715)	(59.705)
Encargos Selic	-	(784)
Outros	<u>(544)</u>	<u>(8.491)</u>
	<u>(64.259)</u>	<u>(68.980)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(57.657)</u>	<u>(65.758)</u>

18 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a diretoria executiva, durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 936 (R\$ 850 em 31 de dezembro de 2016).

b. Transações e saldos

A acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, parte relacionada, possui os seguintes contratos com a TSLE:

- (i) Contrato de Prestação de Serviços de O & M: Valor de R\$ 66 mensais. Com vigência de 4 anos a partir da entrada em operação comercial.
- (ii) Contrato de Compartilhamento de Instalações - SE NOVA SANTA RITA 525 Kv: Valor de R\$ 1.398 a título de ressarcimento de custos de análise de projetos, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, fiscalização da obra, acompanhamento da obra e comissionamento das instalações. E ainda, a quantia de R\$ 2, a título de ressarcimento de custos de manutenção e conservação.

19 Contingências

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 nenhuma provisão e ou divulgação é requerida.

20 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	6.723	6.208
Cauções e depósitos vinculados	41.416	18.214
Concessionárias e Permissonárias	11.069	12.242
Ativo financeiro amortizável pela RAP (circulante)	97.704	30.249
Ativo financeiro amortizável pela RAP (não circulante)	671.259	746.136
Ativo financeiro indenizável (não circulante)	175.399	150.413
	<u>1.003.570</u>	<u>963.462</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores e empreiteiros	(12.090)	(18.266)
Empréstimos e financiamentos	(436.883)	(454.852)
Debêntures	(133.520)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(171.361)
	<u>(582.493)</u>	<u>(644.479)</u>

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão próximos de seus valores justos.

A companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados o valor justo, o que requer divulgação das mensurações o valor justo pelo nível das seguintes hierarquia:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

Informações além dos preços cotados, incluídos no nível 1 que são adotados pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2)

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3)

Os instrumentos financeiros avaliados ao valor justo são caixa e equivalentes de caixa e fundo vinculados que totalizavam R\$ 48.139 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 24.422 em 31 de dezembro de 2016) que foram avaliados como instrumentos financeiros no nível 1.

b. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

(i) Operações ativas

As operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

(i) Operações passivas

A Companhia está sujeita ao risco de juros nos empréstimos pós-fixados indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 31 de Dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 436.883 como sua dívida total indexada em TJLP. Dessa forma, eventual valorização desse indexador poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

A companhia para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros com taxas de juros pós-fixadas.

Índices	Saldo	Exposição	Redução despesa financeira - 12 meses		Cenário Provável	Aumento despesa financeira - 12 meses		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)		Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	
Ativo								
Aplicações financeiras	6.723	CDI	12,81%	431	215	861	1.077	2.521
Cauções e depósitos vinculados	41.416	CDI	12,81%	2.653	1.326	5.305	6.632	7.958
Passivo								
Empréstimos e Financiamentos	436.883	TJLP	7,50%	16.383	8.192	32.766	40.958	49.149
Debêntures	133.520	IPCA	2,95%	1.969	2.954	3.939	4.924	5.908

c. Gestão de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da companhia para oferecer retorno aos acionista e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

21 Eventos Subsequentes

a. Entrada em operação comercial da SE POVO NOVO

Em 22/01/2018, entrou em operação comercial o 2º Banco de autotransformadores 525/230-13,8kV, com potencia de 672MVA. Os investimentos previstos para este empreendimento foi de R\$ 42 Milhões com Receita Aual Permitida - RAP vinculada de R\$ 6,4 Milhões. Os recursos que viabilizaram a execução deste empreendimento são oriundos da emissão das debentures de infraestrutura.

22 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

31.12.2017

Integralização de capital com AFAC (a) 99.861

- (a) A Companhia utilizou parte do adiantamento para futuro aumento de capital existente em 31 de dezembro de 2016 para integralizar ao capital social em 2017.

23 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Ativo	2017			2016		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6.723	-	6.723	6.208	-	6.208
Concessionárias e permissionárias	11.069	-	11.069	12.242	-	12.242
Tributos Compensáveis	1.645	-	1.645	1.036	-	1.036
Almoxarifado Operacional	9.860	-	9.860	8.434	-	8.434
Despesas Pagas Antecipadamente	61	-	61	61	-	61
Ativo Financeiro - Amortizável Rap	-	97.704	97.704	-	30.249	30.249
Outros	861	-	861	752	-	752
	30.219	97.704	127.923	28.733	30.249	58.982
Ativo não circulante						
Aplicações Financeiras	41.416	-	41.416	18.214	-	18.214
Tributos Compensáveis	3	-	3	3	-	3
Despesas pagas antecipadamente	599	-	599	661	-	661
Ativo financeiro	-	846.658	846.658	-	896.549	896.549
Imobilizado	842.454	(840.145)	2.309	845.961	(843.572)	2.389
Intangível	22.331	(22.331)	-	21.773	(21.773)	-
	906.803	(15.818)	890.985	886.612	31.204	917.816
Total do Ativo	937.022	81.886	1.018.908	915.345	61.453	976.798

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A. - TSLE
Demonstrações Contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

				2016		
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	12.090	-	12.090	18.266	-	18.266
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	41.838	-	41.838	37.231	-	37.231
Obrigações sociais e trabalhista	109	-	109	83	-	83
Tributos	1.712	-	1.712	1.587	-	1.587
Encargos Setoriais	3.283	-	3.283	2.945	-	2.945
Dividendos a pagar	2.715	-	2.715	-	-	-
Provisões contratuais	16.981	-	16.981	31.361	-	31.361
Outros passivos Circulante	71	-	71	391	-	391
	78.799	-	78.799	91.864	-	91.864
Passivo não circulante						
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	528.565	-	528.565	417.621	-	417.621
Impostos Diferidos	-	22.968	22.968	-	20.894	20.894
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	171.361	-	171.361
	528.565	22.968	551.533	588.982	20.894	609.876
Total do Passivo	607.364	22.968	630.332	680.846	20.894	701.740
Patrimônio Líquido						
Capital Social	379.861	-	379.861	280.000	-	280.000
Reserva de lucros	-	8.715	8.715	-	-	-
Lucros ou Prejuízos acumulados	(50.203)	50.203	-	(45.501)	40.559	(4.942)
Total do Patrimônio Líquido	329.658	58.918	388.576	234.499	40.559	275.058
Total do Passivo e Patrimônio líquido	937.022	81.886	1.018.908	915.345	61.453	976.798
	2017			2016		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Operações em continuidade	113.107	17.958	131.065	115.295	2.681	117.976
Receita / Ingresso						
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	113.107	(113.107)	-	115.295	(115.295)	-
Receita de O & M	-	13.394	13.394	-	11.101	11.101
Receita com ativo Financeiro	-	92.686	92.686	-	97.494	97.494
Receita de Construção	-	24.985	24.985	-	9.381	9.381
Tributos	(10.036)	-	(10.036)	(10.455)	-	(10.455)
PIS-PASEP	(1.790)	-	(1.790)	(1.865)	-	(1.865)
Cofins	(8.246)	-	(8.246)	(8.590)	-	(8.590)
Encargos - Parcela "A"	(5.171)	-	(5.171)	(4.192)	-	(4.192)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.040)	-	(1.040)	(1.001)	-	(1.001)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.737)	-	(3.737)	(2.794)	-	(2.794)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(394)	-	(394)	(397)	-	(397)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	97.900	17.958	115.858	100.648	2.681	103.329
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(38.985)	2.870	(36.115)	(36.328)	18.474	(17.854)
Custo operacional e manutenção	(38.985)	27.855	(11.130)	(36.328)	27.855	(8.473)
Custo de Construção	-	(24.985)	(24.985)	-	(9.381)	(9.381)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	58.915	20.828	79.743	64.320	21.155	85.475
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(3.245)	-	(3.245)	(2.686)	11.871	9.185
Pessoal e administradores	(935)	-	(935)	(850)	-	(850)
Material	(21)	-	(21)	(17)	-	(17)
Serviços de terceiros	(2.132)	-	(2.132)	(1.709)	-	(1.709)
Depreciação	(105)	-	(105)	(52)	-	(52)
Teste de Recuperabilidade	-	-	-	-	11.871	11.871
Outras Despesas Operacionais	(52)	-	(52)	(58)	-	(58)
Resultado da Atividade	55.670	20.828	76.498	61.634	33.026	94.660
Equivalência patrimonial						
Resultado Financeiro	(57.657)	(395)	(58.052)	(65.758)	-	(65.758)
Despesas financeiras	(64.259)	(395)	(64.654)	(68.980)	-	(68.980)
Receitas financeiras	6.602	-	6.602	3.222	-	3.222
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(1.987)	20.433	18.446	(4.124)	33.026	28.902
Despesa com impostos sobre os lucros	-	(2.074)	(2.074)	-	(18.041)	(18.041)
Resultado líquido das operações em Continuidade	(1.987)	18.359	16.372	(4.124)	14.985	10.861
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício						
Resultante de operações descontinuadas	(1.987)	18.359	16.372	(4.124)	14.985	10.861

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

23.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

23.1.1 Ativos financeiros da concessão

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo financeiro este direito de cobrar os usuários durante período de concessão, sendo o valor realizado conforme divulgado no item (i).

Adicionalmente, a Companhia possui em seus contratos, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu outro ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão.

(i) Dos usuários

A Companhia reconhece como um recebível o direito de cobrar os usuários pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 - Contratos de Concessão. O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme descrito abaixo.

O recebível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescido das variações monetárias, quando contratadas.

(ii) *Poder concedente - Indenização*

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (União) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

23.1.2 Imobilizado e Intangível

Devido ao reconhecimento dos Ativos Financeiros de Concessão, conforme ICPC 01 e demais explicações na nota 20.1.1, os bens considerados Imobilizados e Intangíveis não são mais registrados na Contabilidade Societária, no caso de Contratos de Concessão.

Como o ICPC 01 não foi aceito para fins regulatórios, é feito o estorno do imobilizado e do Intangível na Contabilidade Societária.

23.1.3 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A receita financeira, decorrente do ativo financeiro, é reconhecida na medida em que o ativo financeiro amortizável registrado no ativo circulante e não circulante é realizado, conforme prazo da concessão estipulado em contrato. O cálculo desta receita é baseado na taxa interna de retorno calculada internamente, conforme premissas definidas pela administração.

23.1.4 Receita e custo de construção (resultado)

Uma pequena parte da receita é referente à construção, sendo registrada em contrapartida ao custo de construção, que são os investimentos feitos neste ativo financeiro. A receita é igual ao custo devido à decisão da empresa por trabalhar com margem de lucro de construção “zero”.

23.1.5 Depreciação

Como não existe a figura do Imobilizado na contabilidade societária, a depreciação também não deve ser registrada. Desta forma é feito um estorno para fins societários.

23.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2017	2016
Saldo Societário	388.576	275.058
Efeito dos Ajustes entre a contabilidade Societária versus Regulatória		
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01) (a)	(81.886)	(61.453)
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-
Reavaliação regulatória Compulsória	-	-
Depreciação - Reavaliação regulatória Compulsória	-	-
Tributos Sobre Diferença de práticas contábeis	22.968	20.864
Saldo Regulatório	329.658	234.499

(a) Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - Não aceito para fins regulatórios.

23.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	16.372	10.861
Efeito dos Ajustes entre a contabilidade Societária versus Regulatória		
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01) (a)	(20.828)	(33.026)
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-
Reavaliação regulatória Compulsória	-	-
Depreciação - Reavaliação regulatória Compulsória	-	-
Tributos Sobre Diferença de práticas contábeis	2.469	18.041
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>(1.987)</u>	<u>(4.124)</u>